



Fórum do
Progresso

01 O arco em cinco atos

02 Duas décadas, uma inversão

03 O balanço

04 A retomada: sete compromissos

05 Vozes do campo



A armadilha do **techlash** petista

Por que restaurar o tecno-otimismo no campo democrático é tarefa da esquerda — e o que a direita ganha quando ela abre mão do futuro.

O que está neste relatório

Um balanço de duas décadas de política digital feita pelo campo progressista: o que ele construiu, onde se afastou da própria tradição e por onde volta.

2003 → 2025

Do software livre e dos telecentros ao Marco Civil; do Marco Civil à techlash. A linha do tempo da inversão, em oito marcos.

5 / 5

Cinco heranças que o campo construiu — e cinco pontos em que se perdeu do próprio legado.

7

Sete compromissos para o progressismo reencontrar a inovação, a inclusão e o futuro.

4 vozes

Declarações públicas de quem governa, pesquisa, constrói e legisla sobre tecnologia no Brasil.



01

O arco em cinco atos

Do partido da inclusão digital à armadilha política — e a saída. A crítica não nega os problemas: reivindica uma herança legítima.

Nenhum balanço honesto começa pela coluna do débito, e este não vai começar. O que o campo construiu está de pé e é seu: a ideia de que conectividade é direito, o software livre como política de Estado e não como preferência técnica, o Marco Civil, a governança multissetorial e uma geração de servidores públicos que sabe conversar com engenheiro sem intermediário. Nada disso caiu do céu, e nada disso foi construído pela direita.

O que se perdeu não foi esse patrimônio. Foi a disposição de usá-lo. Cinco desvios explicam a maior parte do estrago, e nenhum deles exige má-fé para acontecer.

O primeiro é a substituição do dano concreto pelo alvo abstrato: regular a plataforma por ser plataforma, e não a conduta por ser lesiva. O segundo é a importação de diagnóstico alheio, com destaque para a leitura europeia de que o problema central é arrecadação — quando no Brasil as grandes plataformas já recolhem, e bastante, na fonte. O terceiro é o

abandono do método participativo que deu certo, trocado pela urgência de gabinete. O quarto é tratar quem constrói tecnologia como suspeito por profissão, o que afastou justamente quem teria como executar a agenda. E o quinto é o mais custoso: parar de falar de futuro.

Reconhecer isso não é fazer autocrítica performática. É a condição para a próxima frase ter credibilidade — porque um campo que não consegue dizer onde errou também não consegue explicar por que deveria ser ouvido de novo.

Convém dizer de saída de onde esta crítica vem, porque isso muda o que ela significa. Ela não vem de quem sempre achou o campo progressista incapaz de governar tecnologia. Vem do lado de dentro, de quem reconhece que a política digital brasileira mais copiada no mundo foi construída por esse campo — e é justamente por isso que a inversão dos últimos anos dói.

A pauta não mudou de tema; mudou de verbo. Saiu do construir e foi para o impedir.

O argumento tem uma forma simples. Durante quinze anos, a esquerda brasileira tratou tecnologia como instrumento de inclusão: levar acesso a quem não tinha, abrir código no Estado, escrever direitos para a rede antes que a rede os atropelasse. Depois, num intervalo curto, passou a tratá-la principalmente como ameaça a ser contida. A pauta não mudou de tema; mudou de verbo. Saiu do construir e foi para o impedir.

A mudança tem causas reais, e ignorá-las seria desonesto. O campo foi alvo de desinformação organizada em escala industrial, perdeu uma eleição em parte por

causa disso e viu a extrema-direita converter plataformas em infraestrutura política. Reagir era obrigação. O problema não é a reação — é ela ter ocupado todo o espaço, até virar a única coisa que o campo tem a dizer sobre o assunto.

É aí que a armadilha se fecha. Um campo que só sabe dizer o que quer proibir entrega de graça ao adversário tudo o que as pessoas querem ouvir sobre o futuro: emprego novo, serviço melhor, custo menor, país capaz. E entrega para quem não tem nenhum compromisso com direitos — porque, se ninguém mais fala de futuro, quem falar leva.

01

O partido da inclusão digital

O progressismo tecnológico não é importação liberal nem concessão ao poder econômico: faz parte da melhor tradição do próprio campo. Governo eletrônico, telecentros, software livre, cultura digital e, sobretudo, o Marco Civil da Internet — sancionado em 2014 — trataram o acesso como essencial à cidadania, organizando a rede em torno de liberdade, privacidade e neutralidade.

02

A virada para o medo

A reação a abusos reais — o uso político das redes pela direita, a eleição de 2018, os ataques às instituições e a desinformação — produziu uma inversão. Plataformas deixaram de ser espaços de participação e inclusão para virar, no discurso, sobretudo ameaça: à democracia, à soberania, às mulheres, às crianças. Os riscos são verdadeiros; o problema é que passaram a engolir todo o resto da agenda.

03

O déficit tecnológico

Sem uma estratégia consistente de IA, com baixa adoção tecnológica pelo Estado, insegurança regulatória e pouca integração de especialistas ao governo, o campo acumula um déficit: fala com clareza do que quer *restringir*, mas pouco do que quer *construir*. Regula a plataforma estrangeira sem construir capacidade pública, pesquisa nacional e alternativas brasileiras.

04

A armadilha política

A direita segue dominando linguagem, formato e mobilização nas redes. O campo progressista precisa disputar esse território sem abandonar jovens, criadores e trabalhadores de aplicativo — e sem aceitar que plataformas privadas definam sozinhas as condições dessa participação.

05

A retomada

Não se trata de negar os problemas, e sim de reencontrar uma herança legítima: recuperar o espírito do Marco Civil, tratar inovação como política social e voltar a falar de futuro — com direitos, soberania e ambição. O caminho de volta são sete compromissos.



A AGENDA DE ACESSO

Telecentro, laboratório de escola pública, software livre no Estado: por quinze anos a política digital brasileira foi feita de acesso.

Imagem ilustrativa gerada por IA.



02

Duas décadas, uma inversão

A linha do tempo não é ilustração: é o argumento. O campo costuma lembrar do começo com orgulho e do fim com desconforto, sem ligar os dois.

A linha do tempo acima não é ilustração: é o argumento. Vale percorrê-la devagar, porque o campo costuma lembrar do começo com orgulho e do fim com desconforto, sem ligar os dois.

No início dos anos 2000, política digital no Brasil queria dizer telecentro em periferia, software livre dentro do governo, inclusão digital tratada como política social e não como pauta de tecnologia. Era uma agenda de acesso, feita por gente que entendia acesso como direito. Ela produziu resultado material e produziu quadros — muita da capacidade técnica pública que existe hoje se formou ali.

O ponto alto veio em 2014, e é preciso insistir no quanto foi alto. O Marco Civil da Internet não foi só uma boa lei: foi um método. Consulta pública aberta, texto emendado à vista de todos, governança multissetorial no lugar de decisão de gabinete. O mundo

copiou. Foi a última vez em que o campo progressista brasileiro escreveu a regra que os outros passaram a seguir.

O que veio depois inverteu o sinal. A desinformação de 2018, a pandemia, o 8 de janeiro — cada episódio empurrou a discussão um passo mais para o terreno do dano, e cada passo foi individualmente justificável. Somados, produziram um campo que fala de plataforma o tempo todo e de capacidade quase nunca, que discute remoção de conteúdo com desenvoltura e infraestrutura computacional com constrangimento.

Duas décadas separam o telecentro da tribuna. No primeiro, a pergunta era como levar isto a mais gente. Na segunda, como impedir que isto faça mal. As duas perguntas são legítimas. Só a primeira constrói alguma coisa.

♦ A CONSTRUÇÃO · 2003–2014

2003

Governo eletrônico e software livre no Estado brasileiro.

2005

Cultura digital e pontos de cultura levam a rede à periferia.

2007

Portal do Software Público e Telecentros.BR ampliam o acesso.

2014

Marco Civil da Internet e NETmundial: acesso como direito.

♦ A VIRADA · 2018–2025

2018

As redes no centro da eleição; a extrema direita domina o digital.

2021

A pauta vira, sobretudo, desinformação e plataforma como ameaça.

2023

PL das Fake News; a agenda de “enquadramento” das big techs.

2025

Regulação, taxação e controle no centro do discurso digital.







03

O balanço

Um campo honesto reconhece o que construiu — e onde se afastou da própria melhor tradição.

✓ O que acertamos

Tratar o acesso à internet como direito de cidadania (Marco Civil)

Software livre e padrões abertos dentro do Estado

Inclusão digital como política pública de verdade

Governança multissetorial — NETmundial, CGI.br

Participação social na construção das regras

✗ Onde nos perdemos

Reduzir a tecnologia, no discurso, quase só a ameaça

Regular por identidade, porte ou origem — não por dano concreto

Ficar sem estratégia nacional de IA e de empregos tech

Afastar jovens, criadores, trabalhadores e comunidades

Falar do que restringir, não do que construir

A armadilha do techlash não é ter criticado demais. É ter parado de propor. E a saída não é do outro lado do espectro — é do outro lado do próprio arquivo.



ONDE A TECNOLOGIA VIRA SERVIÇO

Hoje a tecnologia decide quanto se espera numa fila e quem consegue provar que tem direito a alguma coisa.

Imagem ilustrativa gerada por IA.



04

A retomada: sete compromissos

Não empurrar o campo para uma direção estranha à sua história — ajudá-lo a reencontrar o que já foi.

O que vem a seguir não é uma conversão. Nenhum dos sete compromissos pede que o campo abandone a proteção de direitos, e nenhum deles é emprestado do vocabulário liberal. Todos são reencontros com coisas que essa mesma tradição já fez melhor do que ninguém no Brasil.

Voltar a dialogar com quem constrói tecnologia é o que permitiu o Marco Civil ter texto executável. Estratégia nacional de empregos tecnológicos é política industrial, que é vocabulário do campo desde sempre. Modernizar o Estado com tecnologia pública e aberta é literalmente o programa dos anos 2000. Responsabilizar abuso concreto é o que

uma esquerda séria faz melhor do que qualquer um, desde que o alvo seja o dano e não o tamanho.

A diferença entre este documento e uma peça de marketing está na ordem. Ele não pede que se pare de criticar as plataformas; pede que a crítica volte a ser um capítulo, e não o livro inteiro. A tecnologia deixou de ser assunto setorial há muito tempo — hoje ela decide quanto custa comer, quanto se espera numa fila e quem consegue provar que tem direito a alguma coisa. Um campo que trata isso apenas como risco não está protegendo ninguém: está se ausentando da principal disputa material da década.

O campo progressista ajudou a democratizar o acesso à tecnologia e a construir uma internet baseada em direitos. *O Fórum do Progresso existe para ajudá-lo a recuperar essa tradição — e voltar a ser o partido do futuro.*

A FRASE QUE RESUME O PROJETO

Sete compromissos

1 Voltar a dialogar com quem constrói tecnologia

Sem transformar interlocução em suspeita de captura.

2 Uma estratégia nacional de empregos tecnológicos

Conectar IA, qualificação e mobilidade social.

3 Modernizar o Estado com o melhor da tecnologia

Sobretudo pública, aberta e orientada pelo interesse coletivo.

4 Responsabilizar abusos concretos e proteger direitos

O alvo é o dano e a concentração de poder, com responsabilidade proporcional.

5 Recuperar o espírito do Marco Civil

Princípios, proporcionalidade e governança multissetorial.

6 Tratar inovação como política social

Serviços universais, redução das desigualdades e acesso também são pauta progressista.

7 Voltar a falar de futuro

E não somente dos riscos que ele traz.



CAPACIDADE, NÃO SÓ REGRA

Regular a plataforma estrangeira sem construir capacidade pública, pesquisa nacional e alternativas brasileiras é meia política.

Imagem ilustrativa gerada por IA.



05

Vozes do campo

Um futuro construído pelo campo progressista deve partir de leituras de quem já o construiu no Brasil.

“Somente com a inovação, com a transformação digital do governo, nós vamos dar conta de compatibilizar receitas e demandas sociais”



Rafael Fonteles

governador do Piauí (PT)

Conjuntura Econômica/FGV · 15.08.2025

“No caso do Brasil tem que acabar o teatro da inovação e do empreendedorismo. Temos problemas reais para resolver, não é brincadeira”



Silvio Meira

cientista, fundador do CESAR e do Porto Digital

IT Forum · 17.08.2023

“Todas essas tecnologias maravilhosas que nós temos, elas são frutos de trabalhos desenvolvidos por instituições públicas”



Mariângela Hungria

pesquisadora da Embrapa, World Food Prize 2025

Agrishow Digital · 17.06.2025

“A internet tem que continuar sendo livre e aberta”



Alessandro Molon

deputado federal, relator do Marco Civil da Internet

Agência Câmara · 07.08.2013



QUEM NÃO PODE SER ABANDONADO

Jovens, criadores e trabalhadores de aplicativo estão nesse território todos os dias. O campo precisa disputá-lo com eles.

Imagem ilustrativa gerada por IA.

O progresso também é de esquerda.

No Brasil, o tecno-otimismo virou linguagem da direita. O Fórum existe para desfazer esse falso dilema: mudança tecnológica, inteligência artificial e novas ferramentas podem — e devem — ser instrumentos de redistribuição, inclusão e capacidade estatal, não de concentração de renda e poder. Reivindicamos duas coisas ao mesmo tempo: o futuro e a bandeira.

O que defendemos

Progresso econômico e progresso social andam juntos: baixar o custo de vida, ampliar o acesso a oportunidades, fortalecer comunidades e dar mais poder a consumidores e trabalhadores.

O que não somos

Não somos mais um grupo empresarial, nem um observatório neutro. O Fórum tem lado: é a consciência tecnológica dentro do campo progressista.

QUEM FAZ — UMA COALIZÃO, NÃO UMA REDAÇÃO

Conselho Deliberativo	Define posições, prioridades e limites. Nenhum financiador governa.
Diretoria Executiva	Executa a agenda: pesquisa, publicações, articulação e relação com imprensa e Parlamento.
Conselho Consultivo	Repertório técnico e político sem responsabilidade executiva.
Mantenedores	Sustentam o Fórum por anuidade, com categorias públicas e limite de concentração por financiador.

Para imprensa, parcerias, contribuição a um dos projetos ou discordância bem fundamentada.

contato@forumdoprogresso.org

BRASÍLIA · SÃO
PAULO



Fórum do Progresso

Política tecnológica progressista no Brasil.

A armadilha do techlash não é ter criticado demais. É ter parado de propor.